

INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NA REDE DE ENSINO REGULAR: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Ligia Jacqueline Lima Cunha¹
Fauston Negreiros²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi realizar uma revisão sistemática da literatura, acerca da produção de estudos que retratem a inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual no ensino regular. Foram selecionados 10 artigos empíricos publicados dentro do recorte temporal de 5 anos (2014 a 2018), nas bases SciELO, Portal Capes e Pepsic. Para seleção dos artigos utilizou-se a seguinte combinação de descritores: Inclusão escolar and Deficiência Intelectual. Os estudos encontrados, em sua maioria, é produzido na região sudeste, nota-se a elegibilidade e diversidade dos participantes nos estudos, que incluem os agentes importantes para o processo de inclusão escolar. A maioria dos estudos tem como objetivos caracterizar o processo de inclusão escolar, a fim de analisar as concepções dos agentes cabíveis dentro do processo inclusivo. Com isso, a revisão sistemática da literatura realizada possibilitou observar que todos os artigos analisados relatam a importância de desenvolver práticas inclusivas e à inclusão escolar a partir do envolvimento de todos os agentes educacionais.

Palavras-chave: Inclusão; Deficiência Intelectual; Educação.

ABSTRACT

The objective of this study was to carry out a systematic review of the literature about the production of studies that portray the inclusion of the person with Intellectual Disability in regular education. Ten empirical articles published within the 5 year (2014 a 2018) time cut were selected in the bases SciELO, Portal Capes and Pepsic. The following combination of descriptors was used to select the articles: School Inclusion and Intellectual Disability. The studies found, for the most part, are produced in the Southeast region, we note the eligibility and diversity of participants in the studies, which include the important agents for the school inclusion process. Most of the studies aim to characterize the process of school inclusion, in order to analyze the conceptions of the agents within the inclusive process. Thus, the systematic review of the literature showed that all articles analyzed report the importance of developing inclusive practices and school inclusion from the involvement of all educational agents.

Keywords: Chemistry teaching. Experimentation. Polymers.

1 INTRODUÇÃO

A historicidade da Educação Especial no Brasil é marcada por diversas transformações de cunho político, social, cultural, econômico e educacional, que provocaram mudanças

¹ Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia do Desenvolvimento Humano, Psicologia da Educação e Queixa Escolar – PSIQUEDE. E-mail: ligiacunha@gmail.com.

² Psicólogo, Doutor. Professor Associado da Universidade Federal do Piauí – UFPI, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Coordenador do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia do Desenvolvimento Humano, Psicologia da Educação e Queixa Escolar – PSIQUEDE. E-mail: faustonnegreiros@ufpi.edu.br.

significativas no decorrer do seu desenvolvimento e implementação, que influenciaram a caracterização do cenário atual da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

O primeiro marco histórico do processo de inclusão da pessoa com deficiência foi caracterizado pela negligência, não havia preocupação ou atenção especial para esse público, eram rejeitados e excluídos da sociedade a partir da crença, que as pessoas eram deficientes por causas fundamentalmente orgânicas e sem possibilidade de cura, eram vistas como incapazes concepções essas que implicam na marginalização e exclusão dessa parte da população (Miranda, 2004).

Nos séculos XVIII e meados do século XIX encontra-se o surgimento das primeiras entidades privadas de caráter filantrópico e assistencialista, a fase que se entende por segregação. Nesta fase de segregação foi justificada pela crença de que a pessoa deficiente deveria ser cuidada por familiares no intuito de distanciá-la da sociedade, assim, essas pessoas eram segregadas e institucionalizadas. Este modelo segregado de Educação Especial passou a ser questionado, desse modo surgiu à busca por alternativas pedagógicas para a inserção de todos os alunos com alguma deficiência, a partir daí foram instituídas as políticas educacionais de integração com o objetivo de preparar os alunos deficientes para serem integrados nas classes regulares, tal preparação conta com o apoio de recursos de salas especiais como Atendimento Educacional Especializado-AEE. (Glat & Fernandes, 2005; Mendes, 2006).

No Brasil o movimento de integração de estudantes com deficiência nas escolas regulares ganha representatividade legal a partir da Constituição Federal de 1988, especificamente no inciso III do Art.208 da emenda constitucional nº14, de 1996, que fala sobre o atendimento especializado para a pessoa com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial-1994, Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024/61 1996, que priorizam o atendimento ao aluno com deficiência no Ensino Regular (Fossi, 2010; Brasil, 1988, 1994, 1996).

O conceito de inclusão advém de discussões sociais e educacionais que podem ter diversos impactos no âmbito social. Devido sua recente trajetória se faz necessário transformações culturais que possibilitem a abrangência da teoria-prática relacionada à inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional, a fim de possibilitar contextos escolares acolhedores, que propiciem a convivência saudável e igualitária para todos (Cunha & Rossato, 2015).

Nesta perspectiva, a Educação Inclusiva se apresenta como ideal a ser alcançado, no entanto não se desconsidera os diversos avanços já expostos, neste sentido o presente trabalho dá um enfoque direcionado à Deficiência intelectual.

Ao longo do tempo, as concepções sobre Deficiência Intelectual vêm sendo mudadas. Mendes (2006) pontua as mudanças de nomenclaturas das antigas teorias que utilizavam nomeações como oligofrenia, retardo mental, deficiência mental para uma nova compreensão mais abrangente do conceito de deficiência intelectual. Neste sentido, concebe-se que essa mudança de nomenclatura teve intuito de diminuir o cunho pejorativo em detrimento de uma perspectiva mais abrangente da deficiência intelectual.

Para Pereira (2012) a Deficiência Intelectual é definida a partir das disfunções nos aspectos cognitivos, comportamentais, social e funcional do indivíduo.

Partindo do princípio que a deficiência intelectual é um processo singular de cada indivíduo e não somente determinada por aspectos genéticos e/ou hereditários, a compreensão de deficiência intelectual pressupõe um preparo familiar, escolar e social, tendo em vista que esses indivíduos são multideterminados e possuem uma compreensão própria de si e do mundo. Em vista disso, não se fala do indivíduo que precisa se adaptar ao ambiente escolar, mas sim do contrário, ou seja, a escola que deve desenvolver recursos criativos que acolham e incluam de fato Mendes (2006).

Num processo gradativo e lento de construção de políticas públicas e propostas legislativas voltadas para os direitos educacionais da pessoa com deficiência, esses espaços escolares precisam se reestruturar a fim de passar do processo de integração para o processo de plena inclusão, com enfoque sobre um novo olhar para práticas educacionais que considerem os aspectos social, cultural, pedagógico e político acerca dessa modalidade de ensino (Fossi, 2010).

Atualmente, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva se constitui como um avanço para a inclusão de pessoas com deficiências no sistema educacional, dentre estas, as físicas, auditivas, visuais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e pessoas com deficiência intelectual, esta última se apresenta como foco de investigação do presente trabalho (Veltrone & Mendes, 2012).

Diante disso, para nortear o presente estudo tem-se a seguinte problemática: o que se tem pesquisado, nos últimos 5 anos, sobre a inclusão da pessoa com deficiência intelectual no ensino regular brasileiro?

As discussões sobre inclusão escolar suscitam novas formas de pensar as práticas educacionais, assim o ambiente escolar mais desejado é aquele que responde as práticas inclusivas. Com esse intuito, o objetivo deste artigo é realizar uma revisão sistemática da literatura acerca da produção de estudos que retratem a inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual no ensino regular.

2 MÉTODO

Tipo de estudo

Trata-se de uma revisão sistemática de literatura. O referido estudo seguiu os critérios do PRISMA – Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises, um documento atualizado que orienta como realizar uma revisão sistemática a partir das etapas detalhadas a serem seguidas (Moher, Liberati, Tetzlaff, Altman, & The PRISMA Group, 2009).

Crerios de elegibilidade

A seleção dos artigos analisados se deu a partir dos critérios de inclusão e exclusão estabelecidos para a pesquisa. Inicialmente foi realizada uma leitura dos resumos para verificar adequação dos critérios. A partir disso, foram incluídos artigos que retratam estudos sobre a Inclusão Escolar de pessoas com Deficiência Intelectual no ensino Regular. Destes, foram delimitados artigos publicados: dentro do recorte temporal de 5 anos entre de janeiro 2014 a dezembro de 2018; somente estudos empíricos; estudos brasileiros. Foram excluídos da pesquisa, dissertações, teses e livros, estudos repetidos entre as bases de dados, artigos que não estão disponíveis na íntegra, além disto, estudos sem relação direta com a temática pesquisada.

Fontes de informação, seleção e processo de coleta de dados

As bases de dados definidas foram Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePsic), Portal de Periódicos Carpes (Portal Carpes) pela sua relevância e confiabilidade cientificamente, além disto, por indexarem estudos sobre saúde e educação. A busca foi realizada no mês de maio de 2019, através do acesso ao sítio eletrônico das próprias bases, com os descritores “Inclusão Escolar” AND “Deficiência Intelectual” em todas as bases de dados consultadas.

Síntese da informação

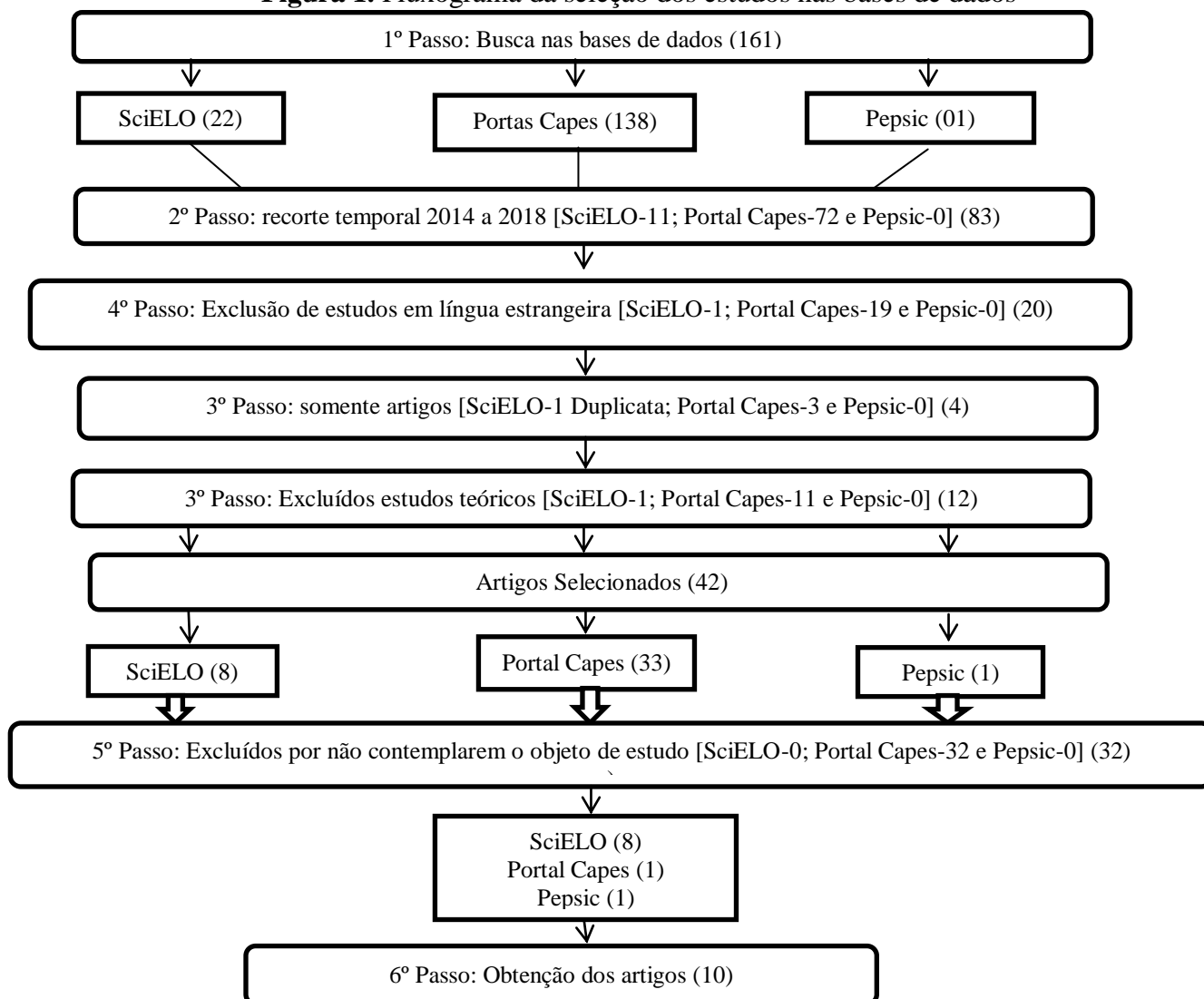
Após a seleção dos artigos, foi realizada uma leitura minuciosa para o processo de extração de dados e delimitação das categorias a serem analisadas. Os estudos foram analisados

a partir: do título, ano de publicação, regionalidade, participantes da pesquisa, objetivo e os resultados principais.

3 RESULTADOS

Um panorama geral dos resultados descrito na Figura 1 é possível verificar que foram encontrados 161 artigos por meio da seleção dos estudos nas bases de dados: SciELO (n=22), Portal Capes (n=138), Pepsic (n=1). Desses ficaram 83 sendo selecionados dentro de um recorte temporal de cinco anos (2014-2018) forma excluídos: SciELO (n=11), Portal Capes (n=72). Por conseguinte foram excluídos 20 estudos de língua estrangeira, sendo esses 1 SciELO e 19 do Portal Capes. Foram excluídos 4 estudos, 3 por não serem artigos e 1 duplicata. 12 estudos teóricos foram excluídos. Resultando em 42 artigos selecionados, desses foram excluídos 32 estudos por contemplarem o objeto de estudo. Logo após o processo de exclusão do artigo foram eleitos 10 artigos para análise final.

Figura 1. Fluxograma da seleção dos estudos nas bases de dados



A Tabela 1 apresenta a caracterização dos estudos com autores, objetivos e ano de publicação. Vale ressaltar que dentre os 10 artigos sendo 2 produzidos pelos mesmos autores que categorizam a importância dos agentes do processo de inclusão escolar. Observa-se que, a maioria dos estudos foram publicados nos de 2015 e 2017 distribuídos da seguinte forma (2014=1 artigo; 2015=3 artigos; 2016=2 artigos; 2017=3 artigos; 2018=1 artigo), percebe-se que encontram-se artigos em todos os anos do recorte temporal. Em 2015 foram encontrados três artigos, vale ressaltar que em 2015 foi promulgada a lei brasileira de inclusão conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Tabela 1: Caracterização dos Estudos.

ID	Autor	Objetivos	Ano
1	Coelho, Campos & Benitez	Caracterizar o processo de inclusão no percurso escolar de crianças com deficiência intelectual, a partir da percepção dos pais sobre a trajetória escolar dos seus filhos.	2017
2	Vieira.	Analisar concepções, sentimentos e atitudes de crianças sem deficiência sobre a deficiência intelectual e a inclusão e avaliar os efeitos de um programa informativo que trata da temática.	2015
3	Maturana & Mendes	Investigar a concepção dos alunos com deficiência intelectual (DI) sobre a escola especial e a escola regular, tendo como cenário suas transferências escolares: da escola especial para a escola comum ou vice-versa.	2017
4	Fantacini & Dias	Conhecer e refletir sobre a organização da educação inclusiva para o atendimento do aluno com deficiência intelectual nos diferentes espaços educacionais na rede municipal de uma cidade de pequeno porte do interior paulista.	2015
5	Santos & Martins.	Investigar práticas pedagógicas de professores em uma escola pública municipal de Natal/RN, frente a alunos com Deficiência Intelectual (DI), matriculados em anos iniciais do Ensino Fundamental.	2015
6	Ribeiro, Wolter & Mettrau	Investigar a avaliação das famílias a respeito dos resultados das políticas de educação especial, implantadas na rede municipal de São Gonçalo (RJ) a partir de 2009, na vida escolar de seus filhos.	2017
7	Benitez & Domeniconi.	Operacionalizar a atuação do psicólogo-pesquisador no processo de inclusão escolar de estudantes com autismo (TEA) e deficiência intelectual (DI), a partir de intervenções aplicadas pelos professores e pais; e avaliar a aprendizagem de leitura e escrita do grupo experimental (exposto às intervenções) e controle.	2018
8	Haas, Pantaleão, Orlando & Baptista	Discutir as trajetórias dos estudantes com deficiência por meio da produção acadêmica da educação especial e da documentação oral proveniente de uma ação de investigação e formação a qual envolve três grupos de pesquisa, de três universidades federais brasileiras distintas, que investigam essa área.	2016

9	Rosário & Costa e Silva	Identificar as ações/interações dos pais e seus condicionantes, ao vivenciarem a escolarização do filho com deficiência e contribuir para o planejamento de intervenções com os pais.	2016
10	Benitez & Domeniconi.	Operacionalizar e avaliar uma capacitação destinada aos professores da sala de aula regular, da educação especial e pais, de modo a criar condições que vislumbressem o ensino compartilhado de leitura e escrita para alunos com deficiência intelectual e autismo, incluídos na escola regular.	2014

Fonte: Núcleo de pesquisa e estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar – Psiqued.

Quanto os objetivos desses estudos estão bem interligados, pois os principais objetivos se resumem em, caracterizar o papel dos agentes educacionais presentes no processo de escolarização na perspectiva inclusiva, e conhecer as concepções, seja do corpo escolar, ou familiar. Haja vista, como descritos na Tabela 2, os agentes objetos dos estudos são: professores da rede do ensino regular, da educação especial, da graduação e pós-graduação, estudantes com e sem deficiência, família e Psicólogos. Foi encontrado apenas um estudo que operacionalizar a atuação do psicólogo-pesquisador no processo de inclusão escolar.

Quanto à regionalidade dos estudos selecionados, na Figura 2 identifica-se que a maioria dos estudos foi realizada na região Sudeste (nos estados de, São Paulo n= 5, Rio de Janeiro n=1 e Espírito Santo n=1), seguido da região Nordeste/ Natal-RN n=1, Norte/Belém-PA n=1 e Sul/Porto Alegre-RGS n=1. Vale ressaltar que o estudo ID8 foi realizado por três grupos de pesquisa de três universidades brasileiras distintas sendo estas dos estados de São Paulo, Espírito santo e Rio Grande do Sul. Nota-se que a região Sudeste se destaca pela maioria das produções de estudos que corrobora com o cenário atual das estatísticas, que apontam essa região como grande polo de pesquisa.

Figura 2: Regionalidade dos estudos delimitados das bases de dados.



Fonte: Núcleo de pesquisa e estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar – Psiqued.

Caracterizamos a quantidade dos participantes dos estudos. Observa-se que o público-alvo das pesquisas selecionadas foram professores em n=4, familiares n=4 e estudantes n=4 artigos, visto isso, note-se a diversidade dos participantes, mostrando a importância da heterogeneidade do público-alvo em pesquisa.

Tabela 3: Categorias temáticas e principais resultados.

Categorias	Principais resultados	ID
	Análise do discurso dos pais identificou a necessidade de um profissional para acompanhar a criança com DI, durante a realização das atividades acadêmicas na sala de aula, e o estabelecimento de uma parceria colaborativa entre a diáde escola especial e regular. São propostas discussões sobre as práticas inclusivas identificadas, com base nos relatos dos pais.	1
	Os resultados demonstraram que na avaliação das mães entrevistadas as políticas, mesmo não universalizadas, com indícios de que precisam melhor atender aos alunos com deficiência intelectual (DI), colaboram para a vida escolar dos alunos.	6
A trajetória escolar e participação da família	O estudo identifica como desafio central da política da educação especial na perspectiva da educação inclusiva a promoção da inclusão escolar como uma ação de autogestão dos cotidianos que requer o planejamento e o investimento persistente ao longo do tempo, favorecendo a construção das trajetórias escolares dos estudantes com deficiência e conciliando a necessidade de propor uma configuração coletiva capaz de acolher o aluno em sua individualidade e integralidade, independentemente de sua faixa etária ou tipologia de deficiência.	8
	A categoria central foi Vivenciar a escolarização do filho com deficiência: entre a exclusão e a inclusão, escolar composta de 3 macrocategorias: O mundo da escola para alunos com deficiência (condições), Estratégias dos pais diante da escolarização do filho (ação/interação) e Resultados da vivência da escolarização do filho (consequências).	9
	Os resultados apontam práticas de docentes pautadas num fazer pedagógico tradicional, utilizando poucas estratégias que possibilitem avanços na aprendizagem desses alunos.	5
	Os resultados apresentados indicam que é preciso conhecer como estão ocorrendo às práticas inclusivas. Conclui-se que este estudo é uma amostra de uma experiência que está caminhando e espera-se que possa contribuir para a organização do ensino dos alunos com deficiência intelectual.	4
Práticas e capacitação dos agentes educacionais	O grupo experimental passou de desempenho nulo para desempenhos maiores no pós-teste (leitura: 33%, 75% e 100% de acertos para os demais; escrita: 50%, 75%, 75% e 100% de acertos para os demais). A atuação do psicólogo contribuiu com a inclusão dos estudantes com DI e TEA, a despeito das práticas segregadoras realizadas com esse público, em décadas anteriores.	7
	Análise dos comportamentos previu três medidas: aplicação conforme planejamento, dicas fornecidas ao aprendiz e encaminhamentos. Ainda que principiante, a capacitação criou condições para desenvolver estratégias inclusivas, de modo a operacionalizar as orientações descritas nos documentos vigentes em relação à inclusão escolar, a partir do envolvimento de agentes educacionais.	10

A ótica dos estudantes com e sem deficiência	O programa possibilitou um melhor entendimento da deficiência intelectual, diminuiu as confusões com outras deficiências e com doenças a ampliou a percepção das habilidades dos sujeitos com deficiência intelectual. Os sentimentos relacionados à comiseração relatados no pré-teste, porém, não diminuíram com o programa, indicando que as informações não foram suficientes para atuar nessa esfera afetiva.	2
	A análise dos dados permitiu identificar que os alunos atribuíram à escola especial o papel de acolhimento e cuidado e, para a escola comum, um local de aprendizagem e conhecimento, ficando claro que para esses existem duas formas distintas de escolarização, cada uma com seus prós e contras.	3

Fonte: Núcleo de pesquisa e estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar – Psiqued.

Na Tabela 3, apresentam-se as categorias criadas a partir dos principais resultados encontrados nos artigos delimitados. As categorias foram definidas e nomeadas em relação aos eixos temáticos retratados nos estudos, são três categorias: *A trajetória escolar e a participação dos pais*, *Prática e capacitação dos agentes educacionais* e *A ótica dos estudantes com e sem deficiência*. Quanto aos principais resultados, podemos observar que todos relatam a importância de desenvolver práticas inclusivas e a promoção da inclusão escolar a partir do envolvimento de todos os agentes educacionais. Desse modo, os resultados gerais, nos apresenta a necessidade de estudos sobre educação especial na perspectiva inclusiva, ressaltando a importância de conhecer estratégias utilizadas para desenvolver o processo de inclusão e implementar novas práticas inclusivas.

4 DISCUSSÃO

Diante do que foi exposto nos resultados, a presente revisão sistemática de literatura, constatou que houve poucos estudos sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência intelectual, porém os estudos encontrados, no geral, abordam os atravessamentos que perpassam o processo de inclusão escolar. Para a análise foram selecionados 10 artigos a partir dos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Observa-se que os estudos estão distribuídos entre os anos do recorte temporal estabelecido, evidenciando um contínuo na produção de pesquisas durante 5 anos. Quanto à regionalidade, a região sudeste se destaca quanto a maior produção de estudos. No que se refere o público-alvo das pesquisas, nota-se a elegibilidade e heterogeneidade de agentes importantes para o processo de inclusão escolar.

Com relação aos objetivos e principais resultados apontados nos estudos delimitados, é importante ressaltar a variedades de resultados que apontam práticas inclusivas realizadas por

meio da parceira colaborativa entre escola e familiares. A maioria dos estudos tem como objetivos caracterizar o processo de inclusão escolar, a fim de analisar as concepções dos agentes cabíveis dentro do processo inclusivo.

Nos resultados dos estudos analisados nesta revisão, pode-se perceber que os artigos encontram-se em três eixos temáticos: *A trajetória escolar e a participação dos pais*, *Prática e capacitação dos agentes educacionais* e *a ótica dos estudantes com e sem deficiência*, formando, assim, categorias que serão discutidas adiante.

Os estudos contemplados na categoria *A trajetória escolar e a participação dos pais* referem-se às demandas que envolvem o processo de escolarização das pessoas com DI, e como se percebe a importância da participação da família na compreensão do processo de inclusão, e o que caracteriza a permanência dos estudantes na escola. Quanto à percepção da trajetória escolar do sujeito com deficiência, a literatura aponta que o ensino regular e educação especial compreendem diferentes possibilidades dos sujeitos com deficiência ao longo de sua história, que envolve vários atravessamentos políticos, sociais, culturais, que caracterizam o acesso, permanência, o ensino e aprendizagem dos mesmos (Haas, Pantaleão, Orlando & Baptista, 2016; Oliveira, Botelho, Silva, Ferreira & Lima, 2019).

Nesse sentido, os autores destacam a importância da participação dos pais como agentes educacionais que auxiliam no processo de aprendizagem dos filhos, que contribuem para a melhoria do desempenho escolar. Com base nos resultados dos autores, a família, por sua vez, relata a necessidade de uma equipe multiprofissional que atuem em parceria colaborativa como rede de apoio/suporte no ensino regular (Coelho, Campos & Benitez, 2017).

Alguns pais relatam que não observaram bons resultados quanto ao processo de escolarização dentro dos serviços, em contrapartida, outros relatam resultados significativos na vida dos filhos. Visto isso, percebe-se que, embora funcionem na mesma perspectiva, nem todos os serviços possuem a mesma qualidade, contudo, propiciam benefícios para o processo de escolarização. Assim, deve-se considerar a importância deles na trajetória escolar do público-alvo da educação especial (Ribeiro, Wolter & Mettrau, 2017).

Quanto ao processo de escolarização dos estudantes com DI, a partir dos relatos das mães no estudo desses autores, demonstram baixas expectativas em relação à aprendizagem e eficácia no desempenho escolar dos seus filhos, além de questionarem a capacidade da escola em facilitar o ensino e aprendizagem, frente a isso, vale destacar que a percepção das mães pode ser decorrente da imagem negativa e estereotipada do conceito de DI (Ribeiro, Wolter & Mettrau, 2017; Evaristo & Campos, 2019; Cruz & Franco, 2019).

Sendo assim, Rosário & Costa e Silva (2016) defendem novas estratégias realizados pelos pais como: avaliar o dia-a-dia dos filhos frente às atividades da escola; conversar com familiares de pessoas com deficiência; a criação de dialogo entre pais e escola a fim de propiciar adaptações inclusivas que facilitem o desenvolvimento dos estudantes.

A segunda categoria de análise trata-se da *Prática e capacitação dos agentes educacionais*. Nesta categoria os estudos relatam estratégias pedagógicas e a necessidade de formação continuada dos agentes educacionais, que favoreçam a inclusão de estudantes com DI.

Dentro do processo de escolarização as práticas pedagógicas devem atender à diversidade da turma, que envolvam a participação ativa dos estudantes, sem exceção, garantindo a atividade conjunta e a cooperação entre os mesmo na sala de aula, assim, os procedimentos pedagógicos precisam ter um caráter inclusivo, flexível e diversificado, que atendam as demandas suscitadas, o que representa uma perspectiva promissora. É importante avaliar a concepção dos professores frente à educação inclusiva, pois diante disso, a atuação dos agentes educacionais pode influenciar no sucesso ou fracasso de estudantes com deficiência intelectual no ensino regular (Santos & Martins, 2015; Santos, de Oliveira Coelho & da Silva, 2019; Fonseca, Almeida, Roldão, Jesus, Lopes & Santos, 2019).

Nesse sentido, Benitez & Domeniconi (2018) trazem que a parceira colaborativa entre os agentes educacionais - professores regulares, especiais e pais – se caracteriza como uma estratégia promissora de ensino na perspectiva inclusiva. Acredita-se que a capacitação proposta, para dos agentes educacionais, contribuem na operacionalização de estratégias inclusivas no ensino, que compreendem as diferentes características, ritmos distintos de aprendizagem e potencialidades dos estudantes.

Os estudos também indicam que as formas que os currículos escolares estão organizados não atendem a necessidade de todos, porem, é preciso, além de repensar, criar novas estratégias curriculares, respeitando as particularidades e singularidades da turma, sob a perspectiva da educação inclusiva. Não repensar essas práticas curriculares podem causar prejuízos para o processo de escolarização do estudante. Percebe-se que existem dificuldades de colocar em prática as adaptações do currículo, tendo em vista que é necessária a participação dos professores da classe regular para a implementação do ensino colaborativo, portanto, é importante ampliar as parcerias entre os professores e profissionais que atendem os estudantes, como base para a construção da rede de apoio (Fantacini & Dias, 2015; Aguiar, de Carvalho-Freitas & Freitas, 2019).

De acordo com os resultados do estudo de Benitez & Domeniconi (2018) o trabalho colaborativo entre professores, gestores e psicólogo-pesquisador favorece o processo de ensino e aprendizagem, visto isso às intervenções realizadas por eles, gerou a aprendizagem das tarefas relacionadas à leitura e escrita.

Quanto à terceira categoria *A ótica dos estudantes com e sem deficiência*. É importante ressaltar a participação ativa dos mesmos durante sua escolarização, além de propiciar espaços de diálogos referentes às decisões tomadas quanto à trajetória escolar de pessoas com deficiência.

Segundo Viera (2015), as crianças não apresentam resistência quanto à inclusão escolar de pessoas com deficiência. Quanto aos resultados do estudo, não foi percebido atitudes preconceituosas, contudo, foi possível observar o desconhecimento das crianças referente o conceito e caracterização da deficiência intelectual, sendo esta confundida com outras deficiências, como a física e a sensorial, e relacionada a doenças. No que diz respeito à ótica dos estudantes sem deficiência, as crianças, de modo geral, caracterizaram o sujeito com deficiência como alguém frágil, que não se pode expor a situações sociais, pois determinadas situações consideradas comuns para uma criança como correr, pular, brincar na praça, é caracterizadas como fatores de risco à saúde dos indivíduos com deficiência. (Vieira, 2015; Fonseca, Almeida, Roldão, Jesus, Lopes & Santos, 2019).

Outro marcador importante encontrado nos resultados do estudo de Viera (2015) é relacionado aos sentimentos das crianças frente a crianças com deficiência, a autora pontua que as crianças relatam ter sentimentos de comiseração, ou seja, pena, tendo em vista que elas trazem que a reação da sociedade diante dos indivíduos com deficiência é diferente, além disso, as crianças identificam que muitas vezes o sujeito com deficiência é alvo de exclusão e discriminação, segundo a autora, o que gera os sentimentos de piedade relatados (Vieira, 2015; Gomes, Lopes, Gesser & Toneli, 2019).

O estudo de Maturana & Mendes (2017) aponta a necessidade da participação e autonomia da pessoa com DI no seu processo educacional, assim, também, a importância da constituição do diálogo entre os pais e seus filhos com DI, sobre processo educacional inclusivo, haja vista que as crianças e adolescentes são excluídas do seu próprio processo subjetivo, educacional e social, e não participam das decisões sobre sua vida, em vista disso, estas práticas não contribuem para o desenvolvimento das potencialidades e processo de autonomia do sujeito. Os autores ainda ressaltam a relevância de considerar a subjetividade e potencialidades do sujeito com deficiência como o primeiro passo para inseri-lo como sujeito ativo na construção da sua trajetória escolar.

A fim de possibilitar uma melhor visualização dos resultados gerais, segue adiante a tabela 4, que apresenta modelos de práticas inclusivas, encontradas nos estudos *à priori* discutidos.

Ressalta-se que a partir dos resultados analisados foi possível verificar modelos de práticas inclusivas, encontradas nos estudos *à priori* discutidos. Em resumo, as principais práticas inclusivas apresentadas na tabela 4 são referentes às estratégias inclusivas adotadas pelos agentes educacionais, capacitação/formação continuada dos agentes envolvidos, adaptações estruturais e internas da escola regular, participação colaborativa entre todos os agentes educacionais e efetivação de políticas públicas inclusivas.

Tabela 4: Caracterização dos Estudos.

ID	Autor	Práticas Inclusivas
1	Coelho, Campos 2** & Benitez	Políticas Públicas; participação da família; formação continuada dos professores; parceria colaborativa da escolar regular com a especializada; criação de equipe multidisciplinar; presença do profissional especializado para atendimento individual.
2	Vieira.	-----
3	Maturana & Mendes	Considerar o sujeito aluno ativo e participativo; participação da família; atenção dos profissionais para a relação dos estudantes.
4	Fantacini & Dias	Formação continuada; prática pedagógica; construção de rede de apoio; colaboração interdisciplinar; adaptações curriculares; ensino colaborativo; cultura do acolhimento; parceria colaborativa família-escola; apoio da gestão escolar; aceitação das diferenças.
5	Santos & Martins.	Procedimentos pedagógicos diversificados; incentivo da participação dos estudantes; utilização de materiais diversificados; adaptação do ensino; estratégias pedagógicas; parceria colaborativa dos agentes educacionais; formação continuada.
6	Ribeiro, Wolter & Mettrau	-----
7	Benitez, & Domeniconi.	Modificações no ambiente escolar; parceria colaborativa entre agentes educacionais; parcerias colaborativas entre profissionais interdisciplinares; suporte/apoio aos estudantes; participação do psicólogo-pesquisador.
8	Haas, Pantaleão, Orlando & Baptista.	Implementação de políticas públicas; prática pedagógica; formação continuada.
9	Rosário & Costa e Silva.	Estratégias adotadas pelos pais na vivência da escolarização de filhos adultos e crianças com deficiência
10	Benitez & Domeniconi.	Capacitação de Agentes Educacionais: Proposta de Desenvolvimento de Estratégias Inclusivas.

Fonte: Núcleo de pesquisa e estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar – Psiqued.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta revisão sistemática da literatura apresentou um apanhado de estudos acerca do processo de inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual no ensino regular. Os resultados aqui expostos indicam poucos estudos na temática abordada, em que a maioria dos estudos foi produzido pelos pesquisadores da região Sudeste. Com relação aos principais resultados encontrados nos estudos delimitados, apontam para práticas inclusivas realizadas por meio da parceira colaborativa entre escola e familiares. A maioria dos estudos tem como objetivos caracterizar o processo de inclusão escolar, a fim de analisar as concepções dos agentes cabíveis dentro do processo inclusivo.

Vale mencionar que atualmente é pouco a produção de pesquisa sobre a inclusão escolar e DI. Uma vez que a descrição dos resultados apresentado na Figura 1, o fluxograma da seleção dos artigos mostram que muitos foram excluídos por serem fora do intervalo temporal estimado, e estarem desatualizados. Portanto, existem muitas produções sobre inclusão escolar, porém o processo de pesquisa com o referido escopo parece escasso. Visto isto, considera a importância de realização de pesquisas futuras que abordem as práticas inclusivas dos estudantes com Deficiência Intelectual desenvolvidas no sistema educacional. Vale ressaltar que as mesmas práticas inclusivas relatadas nos estudos, apresentam ainda grandes desafios para o desenvolvimento e efetivação no campo educacional.

De todo modo, os objetivos deste estudo foram alcançados. Sugere-se que sejam realizados outros estudos teóricos em bases de dados diferentes, além disso, produzir estudos empíricos no campo educacional. Os resultados aqui apresentados propõem reflexões para o desenvolvimento de ações futuras frente à temática trabalhada, além disso, abre discussões para a academia e profissionais envolvidos no campo educacional, que visem melhorias e implementação de novas práticas inclusivas com diferentes atores sociais da comunidade escolar.

Diante disso, ressalta-se a importância de discutir políticas educacionais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva frente às pessoas com DI, como apoio para a efetivação dessas práticas, como: constituição de prática pedagógica inclusiva, adaptação no currículo, formação continuada dos agentes educacionais, processo de adaptação da estrutura escola, investimento em mais profissionais da educação especial.

5 REFERÊNCIAS

AGUIAR COSTA, M. C.; de CARVALHO-FREITAS, M. N.; FREITAS, M. C. Qualificação profissional para pessoas com deficiência intelectual: perspectiva dos professores. **Revista Educação Especial**, 32, 24-1, 2019.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, 12(2), 469-475. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572008000200020>, 2008.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Capacitação de agentes educacionais: proposta de desenvolvimento de estratégias inclusivas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 30(3), 371-386, 2014.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. Atuação do psicólogo na inclusão escolar de estudantes com autismo e deficiência intelectual. **Psicologia Escolar e Educacional**, 22(1), 163-172, 2018.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Senado Federal. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Leis de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: MEC. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf., 1996.

COELHO, G. R.; CAMPOS, J. A. P. P.; BENITEZ, P. Relatos de pais sobre a inclusão e a trajetória escolar de filhos com deficiência intelectual. **Psicologia em Revista**, 23(1), 22-41, 2017.

COSTA, I. M. L. R.; MOURA, R. C. P. W.; METTRAU, M. B. Pensamento social e educação: concepção de escola e avaliação da inclusão por parte de mães de alunos deficientes de São Gonçalo. **Educação & Sociedade**, 38(138), 2017.

CRUZ, I.; FRANCO, V. Processo de adaptação parental face a diferentes diagnósticos de deficiência= Parental Adaptation to Different Developmental Disabilities. In **Congresso Internacional de Psicologia da Criança e do Adolescente** (No. 10, pp. 171-172), 2019.

CUNHA, R.; ROSSATO, M. A singularidade dos estudantes com deficiência intelectual frente ao modelo homogeneizado da escola: reflexões sobre o processo de inclusão. **Revista Educação Especial**, 28(53), 649-664. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X16288>., 2015.

EVARISTO, F. L.; CAMPOS, J. A. D. P. P. Análise de produções científicas sobre comunicação alternativa para pessoas com deficiência intelectual. **Revista Educação Especial**, 32, 6-1, 2019.

FANTACINI, R. A. F.; DIAS, T. R. S. Professores do atendimento educacional especializado e a organização do ensino para o aluno com deficiência intelectual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, 21(1), 57-74. 2015.

FONSECA, I.; ALMEIDA, B.; ROLDÃO, S.; JESUS, R.; LOPES, J.; SANTOS, S. O autoconceito na população com Dificuldade Intelectual e Desenvolvimental (DID) em Portugal: Revisão sistemática. **Análise Psicológica**, 37(1), 53-70, 2019.

FOSSI, G. C. G. **Necessidades educativas escolares e a inclusão escolar**. (Monografia). Faculdade Capivari, Capivari de Baixo, SC, Brasil. Recuperado de <https://docplayer.com.br/7406781-Faculdade-capivari-necessidades-educativas-especiais-e-a-inclusao-escolar.html>, 2010.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**, 1(1), 35-39. Recuperado de <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Segregada%20%C3%A0%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Inclusiva.pdf>, 2005.

GOMES, R. B.; LOPES, P. H.; GESSER, M.; TONELI, M. J. F. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, 27(1), 2019.

HAAS, C.; PANTALEÃO, E.; ORLANDO, R. M.; BAPTISTA, C. R. Rodas de pesquisa e formação em educação especial: as trajetórias de estudantes com deficiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 97(247), 2016.

MATURANA, A. P. P. M.; MENDES, E. G. Inclusão e deficiência intelectual: escola especial e comum sob a óptica dos próprios alunos. **Educar em Revista**, 66, 209-226, 2017.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, 11(33), 387-405. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300002>, 2006.

MIRANDA, A. A. B. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line** 15(1), 1-7. Recuperado de www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf, 2004.

MOHER, D.; LIBERATI, A.; TETZLAFF, J.; ALTMAN, D.; The PRISMA Group. Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA statement. **PLoS Med**, 6. doi: 10.1371/journal.pmed1000097, 2009.

OLIVEIRA, A. J. D.; BOTELHO, D. M. A.; SILVA, E. D.; FERREIRA, M. D. S. D. S.; LIMA, V. F. D. S. A Importância da Tecnologia para Crianças com Deficiência Intelectual. **Psicólogo**, 2019.

PEREIRA, J. E. A infância e a deficiência intelectual: algumas reflexões. **Anais do IX Seminário de pesquisa em educação da Região Sul-ANPED SUL**, Caxias do Sul, RS, Brasil, 9. Recuperado de <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/File/2044/690>, 2012.

ROSÁRIO, H. R. M. F.; SILVA, S. S. C. Estratégias adotadas pelos pais na vivência da escolarização de filhos adultos e crianças com deficiência. **Revista de Enfermagem Referência**, 11, 51-59, 2016.

SANTOS, F. D.; DE OLIVEIRA COELHO, G.; DA SILVA, N. V. Deficiência intelectual em uma escola de ensino regular: práticas inclusivas e desafios1. **Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva**, 2, 1181-1189, 2019.

SANTOS, T. C. C.; MARTINS, L. A. R. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Revista Brasileira de Educação Especial** 21(3), 395-408, 2015.

VELTRONE, A. A.; MENDES, E. G. Impacto da mudança de nomenclatura da deficiência mental para deficiência intelectual. **Educação em perspectiva**, 3(2), 448-450. Recuperado de <https://educacaoemperspectiva.ufv.br/index.php/ppgeufv/article/view/235/91>, 2012.

VIEIRA, C. M. Sentimentos Infantís em Relação à Deficiência Intelectual: Efeitos de uma Intervenção. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 35(2), 423-436, 2015.